



Anais da Assembleia

Nº 93

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 1975.

ANO I

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente Accioly Netto

Vice Waldenício Barbalho

Membros Efetivos:

ARENA - Fabiano Braga Cortes, Accioly Netto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel.

MDB - Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Enéas Faria, Adalberto Daros.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA - Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto Oliveira.

MDB - Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

Secretário: Rita Celestino Soares.

Reuniões: 4ªs feiras, após a Sessão plenária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo

Vice: Lúcio Machado

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA - Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel.

MDB - Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA - Luiz Roberto Soares, Accioly Netto, David Federmann, João Cioni Netto.

MDB - Domício Scaramella, Edilson Alencar.

Secretário: Teresinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell

Vice: Jayme Rodrigues Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA - Egon Pudell, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto.

MDB - Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA - Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Rüppel.

MDB - José Domingos Scarpelini

Secretário: Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão de Mattos Leão.

Vice: Ernesto Dal'Oglio

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA - Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão de Mattos Leão

MDB - Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA - Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

MDB - Otássio Pereira.

Secretário:

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara

Vice: Gilberto Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA - Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho.

MDB - Adalberto Daros, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA - Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

MDB - Ernesto Gnoato

Secretário: Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato

Vice: Antonio Facci

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA - Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

MDB - Antonio Facci, Trajano Bastos, Domício Scaramella.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA - Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli.

MDB - Valter Pietrângelo, Deni Schwartz.

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Luiz Alberto Oliveira

Vice: Otássio Pereira

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA - Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

MDB - Ernesto Dal'Oglio, Otássio Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA - Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB - Lúcio Machado.

Secretário: Marlene Couto de Cristo.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli

Vice: Nelson Buffara

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA - Jurandir Messias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB - Edilson Alencar Barbosa, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTE:

ARENA - Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho.

MDB — Osvaldo Macedo
Secretário: Maria Aparecida Amaral
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer
Vice: Jayme Rodrigues de Carvalho
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Rosário Pitelli, Werner Wanderer, João Cioni Netto.
MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho, Nilso Sguarezzi.
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso.
MDB — Hélio Manfrinato.
Secretário:
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso
Vice: Lineu Turra
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Basílio Zanusso, Francisco Scorsin, Luiz Alberto Oliveira.
MDB — Lineu Turra, Osvaldo Macedo.
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Wilson Fortes, João Cioni Netto, David Federmann.
MDB — Valter Pietrângelo.

Secretário: Lélío Guimarães Sotto-Maior
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Scorsin
Vice: Ernesto Gnoato
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso.
MDB — Ernesto Gnoato, Hélio Manfrinato.
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Werner Wanderer, Aragão Mattos Leão, Ivan Rüppel.
MDB — Domício Scaramella.
Secretário: José Tavares Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente: Alfredo Gulin
Vice:
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.
MDB — Lineu Turra, Valter Pietrângelo.
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Escorsin
MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho.
Secretário: Roberto Diniz Satyro
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 137ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1975 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Mauricio Fruet, secretariada pelos Srs. Deputados David Federmann e Rosário Pitelli.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Dácio Leonel, Ivan Rüppel e Egon Pudell. (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 171/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando a adequação, reequipamento, descentralização e ativação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado naquela cidade. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, às 14:00 hrs, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/74.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Mauricio Fruet e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basilio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Paulo Camargo, Dácio Leonel, Ivan Rüppel e Egon Pudell (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Sr. Governador do Estado, sob os nºs 179, 180 a 181/75, no qual encaminha a esta Casa os Projetos de Lei SANCIONADO, sob os nºs:

45/75:

Do Sr. Deputado MAURICIO FRUET, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO BENEFICIENTE E RECREATIVA DE SANTA QUITÉRIA, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 6699. — **Agradeça-se.**

41/75:

Do Sr. Deputado JORGE SATO, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL CRISTO PROFETA, da cidade de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 6700. — **Agradeça-se.**

01/75:

Oriundo da Mensagem Governamental, que encaminha o Anteprojeto de Lei que abre crédito especial no valor de Cr\$... 1.000.000,00, para auxiliar a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, no atendimento de despesas com construção ampliação da Colônia de Férias do Balneário Caiobá, o qual convertido em Lei tomou o nº 6701. — **Agradeça-se.**

TELEGRAMA:

Do Sr. CARLOS EGYDIO BRUNI, Superintendente Industrialização Xisto Petrobrás:

IMPOSSIBILITADO ASSISTIR SESSÃO SOLENE ENTREGA TITULOS CIDADANIA EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MINISTRO MOZART VICTOR RUSSOMANO ET CORONEL WASHINGTON MANOEL VIJANDE DE S. BERMUDEZ VG AGRADEÇO CONVITE ET APRESENTO ESSA CASA MEUS EFUSIVOS CUMPRIMENTOS JUSTA HOMENAGEM PRESTADA BRILHANTES PERSONALIDADES PT AO ENSEJO SOLICITAMOS SEJAM NOSSOS CUMPRIMENTOS

TRANSMITIDOS ILUSTRES HOMENAGEADOS PT. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 93/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, seja consignado em ata dos nossos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento na cidade de NOVA FÁTIMA, do Senhor José de Souza, prestimoso morador daquela cidade, tendo sido pioneiro da região para a qual muito contribuiu com o seus esforços, sendo ainda pai do destacado Vereador Jayme de Souza.

Requer, outrossim, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. IZABEL PEREIRA DE AZEVEDO, esposa do Sr. Olívio Azevedo e irmão do vereador Benedito Pereira da Silva, da cidade de Tomazina.

Da manifestação desta Assembléia, solicitamos seja dado conhecimento às famílias enlutadas e às Câmaras municipais respectivas.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignados na ata dos trabalhos legislativos desta sessão, votos de congratulações para com o CENTRO ACADÊMICO "HUGO SIMAS", instituição congregadora e representativa dos estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná, de gloriosas tradições, que comemora neste mês o seu 44º aniversário de fundação, tendo atualmente à sua frente uma diretoria merecedora de nossa admiração pelos princípios que defendem e pela consciência política que revelam na organização de suas atividades.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o plenário, vem, respeitosamente, requerer o encaminhamento de veemente apelo ao Sr. Dr. MAURÍCIO SCHULMANN, digníssimo Superintendente do Banco Nacional de Habitação, no sentido de autorizar a agência financeira de Paranaguá a rever a adotar critério de parcelamento nos débitos em atraso de financiamento de casas nos Jardins Eldorado e Araçá, diante da real impossibilidade financeira da maioria dos mutuários quitar, de uma só vez, as prestações já vencidas. Dentro do princípio salutar da política habitacional, o signatário tem absoluta certeza de que o ilustre Superintendente se mostrará sensível ao problema, envidando esforços no sentido de encontro de solução para o impasse, evitando adoção de medidas drásticas e que resultarão em ressurgimento de verdadeiros dramas sociais.

O abaixo assinado, cuja fotocópia é anexada, evidencia o interesse dos mutuários na regularização e quitação dos seus débitos, demonstrando, no entanto, a impossibilidade financeira de o fazerem, na forma pretendida.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando providências no sentido de, com a máxima urgência, seja autorizada a reconstrução do Ginásio "Brasílio Itiberê" de Maringá.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, para que se determine a construção de agências auxiliares de Renda em Iguatemi e Floriano - distritos de Maringá.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

JUSTIFICATIVA:

A criação de agências auxiliares de Renda nos referidos distritos já de há muito se faz necessário, em virtude do crescimento sempre constante do município, o que determina um fluxo cada vez maior da população ao órgão arrecadador em Maringá.

Há que se considerar também a distância dos referidos distritos, o que dificulta aos seus moradores o recolhimento e também a fiscalização do referido órgão, se não bastasse o acúmulo de serviço no setor, atribulando o melhor andamento dos serviços e dificultando a arrecadação fazendária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando providências no sentido de, com a máxima urgência, seja autorizado o recapeamento primário da estrada que liga Loanda - São Pedro do Paraná - Porto Rico.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, requer, a V. Exa. se digne, após ouvido o plenário, encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, solicitando o abono de faltas no máximo três mensais, mediante atestado médico particular, conforme é de direito aos professores efetivos, aos professores suplementaristas.

Este apelo me foi feito por Vereadores da Câmara Municipal de União da Vitória - Paraná, o qual vai incluso uma cópia.

Certo de que o apelo feito merecerá desta Casa a devida atenção, solicito a comunicação por ofício à Câmara Municipal de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., após manifestação do plenário, seja endereçado apelo às Bancadas do Paraná, na Câmara e no Senado, para redobramos esforços no sentido de que o 3º Polo Petroquímico, ainda em estudos pelo Exmo. Sr. Presidente da República, tenha sua localização no Paraná, tendo em vista não só o grande interesse para a economia do nosso Estado, mas também as conveniências em termos nacionais, especialmente em questão de custos, todo o sistema de infra-estrutura, além do favorecimento pela presença da Refinaria de Araucária que disporá da matéria prima indispensável à indústria petroquímica, como também numa compensação pelos prejuízos à nossa economia, causados pelos fenômenos da neve e das geadas.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja encaminhado à Diretoria de Portos e Costa do Ministério da Marinha, apelo no sentido de, serem urgentemente reduzidas as tarifas que presentemente estão sendo cobradas pela firma concessionária das balsas que fazem a travessia do Rio Paraná, linha Porto Guaíra a Porto José Fragelli, e vice-versa.

O preço que atualmente vem sendo cobrado pela firma concessionária desse serviço público foi ultimamente aumentado, em perto de 300 por cento do seu valor anterior, gerando assim vários prejuízos para as inúmeras empresas que têm necessidade de manter a ligação do Paraná com Mato Grosso através do Rio Paraná.

A população, o comércio e a indústria daquela região está profundamente revoltada com o ocorrido, que qualificou de abusiva exploração do povo e que refletirá, indiscutivelmente, no aumento do custo de vida.

O presente apelo é dirigido à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha que, por suas Capitanias, é o órgão competente, nos termos do Art. 228, do RTM, aprovado pelo Decreto nº 50.114/61, para a concessão de licença de tráfego para o funcionamento de quaisquer tipos de embarcações, e portanto, competente, também, para estabelecer tarifas e fiscalizar o seu cumprimento, a fim de resguardar a população que se utiliza, por necessidade, o serviço público.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 102/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, com sede no município de Santo Antonio da Platina, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação.

Parágrafo único - O Orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por este Artigo.

Art. 2º - A Fundação submeterá ao Governo do Estado o regulamento dispondo sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos dos respectivos cursos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a: GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA.

A necessidade de pessoal docente qualificado no ensino de 1º e 2º graus, em face da Lei 5692, é de grande urgência, é questão de capital importância para garantir o êxito da reforma, à procura de caminho para a Educação Brasileira.

A autonomia didática, científica e administrativa das Fundações, segundo o disposto em seus estatutos, consiste no poder de:

- a — estabelecer sua política de ensino e pesquisa;
- b — estabelecer seu regime escolar e didático;
- c — instituir, organizar, modificar e extinguir cursos, fixando os respectivos currículos;
- d — fixar critérios para a seleção, admissão, promoção e habilitação do aluno;
- e — conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

O poder de instalar e organizar cursos casa-se no espírito da Lei 5692, no que tange à reforma de professores para o Ensino de 1º e 2º graus, consoante o disposto no capítulo V, em seus artigos e parágrafos.

O artigo 29 — “A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem gradativamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do País, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas de desenvolvimento dos educandos”.

Constata-se, pois que a formação de professores há de ser feita com ajustamento às diferenças culturais de cada região do Brasil e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau.

As características primordiais de ensino de 1º Grau defluem do novo processo didático-pedagógico que a 5692 ditou: atividade de áreas de estudo, onde se tem por necessária a polivalência do mestre. Não mais se recomenda a formação de professores por disciplinas isoladas, porém se exige a formação de professores por matérias que serão estudadas através de atividades e áreas de estudo.

Devemos, portanto, voltando a Faculdade para a realidade brasileira, buscar a formação de professores em:

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

ESTUDOS SOCIAIS

CIÊNCIAS (INCLUINDO MATEMÁTICA).

Pois essas são, em verdade, as matérias que se distribuem por áreas de estudo, essencialmente como atividades até à 5ª série, permitindo se estabeleça equilíbrio entre atividades e conhecimentos até à 8ª série, encaminhando-se para o estudo de disciplinas propriamente ditas, no Ensino de 2º Graus.

Revela o Artigo 31:

“As licenciaturas de 1º Grau e os estudos adicionais referidos no § 2º, do artigo anterior, serão ministrados nas Universidades e demais instituições que mantenham cursos de duração plena”.

Parágrafo único:

“As licenciaturas de 1º Grau e os estudos adicionais, de preferência nas comunidades menores, poderão também ser ministradas em Faculdades, Centros, Escolas, Institutos e outros tipos de estabelecimentos criados ou adaptados para esse fim com autorização e reconhecimento da forma da Lei”.

Convém enfatizar: tais licenciaturas, assim o quer a Lei, de “preferência nas comunidades menores”, poderão ser ministradas em Faculdades, Centros, Escolas, Institutos e outros tipos de estabelecimentos “criados” ou “adaptados” para esse fim, desde que obtenham autorização e reconhecimento na forma da Lei.

Essas licenciaturas teriam em vista aspectos básicos nas várias matérias do Núcleo Comum, começando com a área de Comunicação e Expressão, cujo desenvolvimento é favorecido em todas as matérias do Currículo, tanto na redação de relatórios de Ciências como na elaboração ou interpretação de gráficos simples em Matemática. Será, porém, através do estudo das línguas, em especial da Língua Portuguesa, das Artes, da Educação Física e dos esportes que os objetivos em vista serão particularmente visados.

A Integração Social será obtida pelo desenvolvimento de todas as disciplinas, áreas de estudo e atividades. Às Ciências Humanas, nesse setor, cabe a contribuição de maior relevância, mais do que o domínio de fatos específicos, enriquecedores da Cultura, ter-se-á em vista a compreensão das grandes estruturas de conhecimentos válidos para o mundo atual e que auxiliem o educando a compreender as transformações sociais e os fatos à sua volta. Para que sejam atingidas estas metas, além das disciplinas escolhidas, serão de grande significação certos aspectos de Geografia, da História, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e até, porque não, Ensino Religioso, como tipos de atividades desenvolvidas. A finalidade geral é a integração social do educando.

Entre outros objetivos, o ensino de Ciências Físicas e Biológicas, na Escola de 1º Grau, deve preocupar-se em valorizar o hábito de realizá-las: desenvolver o interesse pela Ciência e uma atitude científica diante dos fenômenos; formar uma atitude adequada com relação à Ciência e à Tecnologia; valorizar a criatividade pessoal e a capacidade de formular hipóteses fundamentais. A Matemática possui um alto valor como instrumental para a resolução de situações de vida comum e de trabalho, constituindo, ainda, para alguns, dentre a pequena minoria que prossegue os estudos até a Universidade, um campo de especulação e de ampliação de conhecimentos mais sólidos.

A educação fundamental, deste modo, tem um sentido terminal para a maioria e de base para os que prosseguirão os estudos no 2º Grau. Os objetivos e amplitude dos programas devem ser adaptados às capacidades dos alunos.

Esse novo padrão de ensino e de pesquisa que caracteriza o espírito da 5692, só pode encontrar ressonância em novo curso que aprimore o professor, cada vez mais, no sentido de fornecer ao País uma instituição de estudos que atualizem o aperfeiçoamento de professores que serão formados para a nova Escola.

“De tudo emergirá, pouco a pouco, uma nova Administração Escolar e uma nova Didática — uma nova Pedagogia; e para uma nova Pedagogia, uma nova escola”.

VALMIR CHAGAS

II

Nas palavras do insigne Conselheiro, a síntese de uma realidade que se estrutura em nova política educacional.

A Resolução de número 8, de 1º de dezembro de 1971, oriunda do Parecer de número 853/71, homologado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, fixa, em seu Artigo 1º, Núcleo Comum, para os currículos de 1º e 2º graus, o qual abrange as seguintes “matérias”:

a — COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

b — ESTUDOS SOCIAIS

c — CIÊNCIAS.

O Parágrafo 1º determina os conteúdos específicos das matérias fixadas, que devem ser ministradas com as designações de “atividades, área de estudo e disciplina”.

Essas designações de “atividade, área de estudo e disciplina” envolvem apenas um conceito de amplitude, da maior para a menor globalização. A atividade é mais ampla que a área de estudo e a área de estudo é mais ampla que a disciplina.

A Resolução de número 8 salienta:

1 — As matérias deverão conjugar-se entre si para assegurar a unidade do currículo (Artigo 2º).

2 - Em Comunicação e Expressão, o ensino visará ao cultivo de linguagens que ensejem ao aluno, o contato coerente com os seus semelhantes (comunicação) e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físicos, psíquico e espiritual (expressão), sem deixar de ressaltar a importância da Língua Portuguesa como expressão da cultura brasileira.

A conjugação das matérias entre si, para assegurar a unidade do currículo, é a ENTROSAGEM.

Tudo está em tudo. A Língua Portuguesa não pode estar separada, enquanto forma de comunicação e expressão, da Educação Artística ou de um desenho que se lhe acrescentem, sob erro e pena de inevitável empobrecimento. É a GLOBALIZAÇÃO.

Eis, aí, a nova Pedagogia, a nova Escola: ENTROSAGEM E GLOBALIZAÇÃO, em matérias escalonadas da maior para a menor amplitude constituindo "atividades" (nas séries iniciais, sem ultrapassar a 5ª), "áreas de estudo" (nas restantes séries do 1º Grau) e "disciplinas", no 2º Grau (Artigo 4º, Artigo 5º, Item I, "a" e "b"). No que diz respeito às atividades, no Ensino de 1º Grau, a aprendizagem deve ser feita sobretudo mediante experiências vividas pelo próprio educando, no sentido de que atinja progressivamente a sistematização do conhecimento (Artigo 4º, § 1º). Nas áreas de estudo, em nível aproximadamente análogo ao do antigo Ginásio, as experiências tenderão a equilibrar-se com os conhecimentos sistemáticos (Artigo 4º, § 2º), os quais serão predominantes no 2º Grau, antigo Colegial (Artigo 4º, § 3º).

A "entrosagem" a "globalização" e a conseqüente culminância, estruturar-se-ão através das abrangências que constituem objetivos da nova Escola e se realizam através de:

1 - "Atividades" - Experiências colhidas em situações concretas, mais do que apresentação sistemática dos conhecimentos.

2 - "Área de Estudo" - Nas Séries finais (6ª, 7ª e 8ª), formada pela integração dos conteúdos afins, onde as situações de experiências deverão equilibrar-se com os conhecimentos sistemáticos.

3 - "Disciplinas" - A aprendizagem se fará predominantemente sobre os conhecimentos sistemáticos, introduzida onde e quando o plano de estudo do estabelecimento de ensino assim o exigir.

Essa, em verdade, é a Escola que emerge da Lei 5692, a nova Administração Escolar, a nova Didática, a nova Pedagogia, e que só encontra sua concretização em novos cursos adequados à nova filosofia educacional.

III

O Conselho Federal de Educação, através das Indicações de números 22 e 23, explicita a formação de professores para o Magistério, segundo as exigências da Lei 5692.

"O preparo regular do magistério - docente e especialista - para o ensino de primeiro e segundo graus será feito conforme o conteúdo e a duração dos estudos, em nível de segundo graus, para o exercício docente até a quarta série ou a sexta série do primeiro grau, e em nível superior, para o exercício docente ou de especialista pedagógica em toda a escola de primeiro grau ou nesta e na de segundo grau".

"O preparo de um profissional que circule facilmente do primeiro ao segundo grau e, ao mesmo tempo, da "atividade à disciplina" passando pela "área de estudo". Apoiamo-nos para tanto em só um princípio - o da "polivalência" - encarado em duas direções: "a polivalência vertical", decorrente de cursos planejados segundo o disposto no Artigo 23 da Lei 5540/68, com "modalidades diferentes quanto ao número e à duração"; e a "polivalência horizontal", resultante de uma globalidade crescente em que, até o nível de licenciatura de primeiro grau, se prepare o docente de atividades e áreas de estudos, e daí por diante, num jogo discriminativo de habilitações, se forme o mestre de disciplinas. Se é certo, como se tem alegado, que a integra-

ção dos estudos não se alcança pela via única do professor individualmente considerado, menos certo não é que, sem ele, convenientemente preparado, nada ou muito pouco se conseguira em tal sentido".

"Os estudos superiores destinados ao preparo de professores e especialistas de educação deverão ser organizados sob um duplo critério de polivalência por força da qual, de um lado, a mais altos níveis de formação correspondam possibilidades de exercício em níveis sucessivamente mais altos da escola de primeiro e segundo graus e, de outro lado, cada curso abranja uma área ampla de conhecimentos que possa, em nível mais alto, desdobrar-se em um número significativo de habilitações específicas".

"Quanto à licenciatura única em Comunicação e Expressão, cremos ser desnecessário repetir os motivos, sobretudo de ordem prática, porque julgamos ser ainda cedo para a sua instituição em âmbito nacional. A idéia, entretanto, reveste-se de uma tal atualidade que não vemos razão para desprezá-la, tanto mais quando algumas instituições, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, já têm aquele curso inteiramente planejado e em condições de ser iniciado. Longo, portanto, de desencorajar esse e outros projetos, o que se aconselha é o seu prosseguimento em caráter experimental. Só assim, dentro de alguns anos, disporemos de elementos objetivamente determinados para retomar o assunto com vistas a uma solução geral".

Nas indicações do Conselho Federal de Educação, razões de sobejo para a implantação dos cursos:

CURSO DE CIÊNCIAS

CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS

CURSO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO.

Somente com esses cursos se poderá atender, de modo cabal, aos reclamos da implantação do ensino nos moldes preconizados pela 5692, tornando possível a capacitação geral do Quadro de Professores para o novo sistema instituído.

IV

Não há, em nosso Estado, um só curso que se destine à formação adequada de professores para o Ensino de 1º Grau, de acordo com a Reforma implantada pela Lei 5692.

Urge, pois, se inicie o preparo do elemento humano capaz de cumprir as tarefas impostas pela nova filosofia educacional.

Os cursos de formação de professores - mais de 400 em funcionamento no Brasil - revelam-se inteiramente inadequados à nova estrutura do Ensino de 1º Grau, não atendendo, portanto, às necessidades do mercado de trabalho que decorre da Reforma do Ensino preconizada pela Lei 5692.

Há uma desintegração total entre as agências formadoras de docentes e especialistas de Ensino para o Ensino de 1º grau.

Esta, diga-se de passagem, foi a principal queixa que a Comissão de Especialistas de Área de Educação - CEAE - do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura recebeu nas sete reuniões regionais que realizou até hoje, para discutir com os responsáveis por Faculdades de Educação, Delegacias Regionais do MEC, Secretaria de Educação e Centros de Formação Regionais do MEC, Secretaria de Educação e Centros de Formação de Professores, o desempenho de cursos destinados à formação de professores para o Ensino de 1º grau.

Justifica-se, sobejamente, a criação da Faculdade Estadual de Educação do Norte Pioneiro, atendendo, assim, às Indicações de números 22 e 23, do Conselho Federal de Educação, que explicita a formação de professores para o Magistério, segundo as exigências da Lei 5692.

E mais: o Conselho Federal de Educação aconselha a implantação dos cursos para o Ensino de 1º Grau, formando professores para as matérias fixadas pelo Parecer 853/71, homologado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura:

a - COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

- b - ESTUDOS SOCIAIS
c - CIÊNCIAS.

Estes cursos permitirão se possa atender, de modo cabal, aos reclamos da implantação do Ensino de 1º Grau, tornando possível a adequação dos professores para o novo sistema instituído.

A Faculdade de Educação do Norte Pioneiro, nos termos em que está sendo criada, não se situa na faixa de proibição de novos cursos que o Conselho Federal de Educação e o MEC advertem, mas se situa, por excelência, na faixa de cursos prioritários, único capaz de contribuir eficazmente para o êxito da Reforma implantada.

Encarregando-se da Formação do Magistério para o Ensino de 1º Grau, da Quinta à Oitava Série, a Faculdade Estadual de Educação do Norte Pioneiro estará proporcionando ao Estado do Paraná elementos definitivos para a concretização da Reforma de Ensino, numa região realmente pioneira na implantação da Lei 5692, e que, por isso mesmo, conta com elementos experimentados, capazes de plenamente atender aos objetivos do novo processo didático-pedagógico que a Lei ditou: atividades e áreas de estudo, onde se tem por necessária a polivalência do mestre.

Com a Faculdade Estadual de Educação do Norte Pioneiro, o Paraná estará atendendo não apenas aos reclamos nacionais mas estará, acima de tudo, suprimindo uma deficiência que o próprio Conselho Federal de Educação recomenda seja suprida: a falta de professores polivalentes, que circulem facilmente no Ensino de 1º Grau, sabendo utilizar os conhecimentos adquiridos no estudo do diagnóstico do sistema educacional do Brasil, tomando conhecimento dos problemas, suas causas e consequências, a fim de que, ciente de sua parcela de responsabilidade, possa eficientemente cumprir os objetivos propostos pela nova escola brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 103/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE UMBANDA DE VOVÓ SABINA, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICAÇÃO:

Trata-se de uma sociedade civil e religiosa, fundada em 17 de agosto de 1974, na cidade de Jaguariaíva, neste Estado, que se propõe, pelo seu estudo, ao estatuto, do espiritismo e à propaganda ilimitada de seus ensinamentos doutrinários, por todos os meios que oferece a palavra escrita, falada e exemplificada; à prática da caridade espiritual, moral e material, por todos os meios a seu alcance.

Enquadrando-se nas disposições da legislação específica, parece-nos justo que se declare a referida entidade de utilidade pública, que é o que se pretende com o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 104/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É privativa dos Despachantes a mediação nas relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

§ 1º - Ficam excluídas dessa exigência:

- a) - as pessoas jurídicas de direito público ou privado, que

poderão fazê-lo através de seu representante legal ou procurador;

- b) - as pessoas físicas, que poderão fazê-lo diretamente ou através de mandatário especialmente constituído.

Art. 2º - Ao Diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná compete, ouvida a Secretaria de Segurança Pública, expedir a credencial de habilitação para o exercício da função de despachante oficial para localidades especificadas.

Parágrafo único - A titulação do Despachante será proporcional ao número de veículos registrados em cada município do Estado, na razão de 1 (um) para cada 1.000 (mil) veículos, observando-se porém a titulação de pelo menos 2 (dois) Despachantes em cada município, não excedendo a 100 (cem).

Art. 3º - São condições para a credenciação de despachantes, nos termos do artigo anterior:

I - Fazer prova de:

- a) ser cidadão brasileiro, nato ou naturalizado;
- b) ser maior de 21 anos;
- c) ser eleitor;
- d) estar quites com o serviço militar;
- e) sanidade física e mental, com laudo médico expedido pela Secretaria de Saúde Pública;
- f) nível secundário de instrução, com comprovante de conclusão de curso secundário, 1º ciclo;
- g) idoneidade, com certidão negativa dos cartórios de Protesto de Títulos da Capital e, se residente no interior, do Cartório local; e certidão negativa das Varas Criminais, Execuções Criminais, Distribuidor Cível e do Comércio, Falências e Concorridas, dos últimos 10 (dez) anos;
- h) atestado de antecedentes criminais, fornecido pelo Instituto de Identificação;
- i) bons antecedentes político-sociais, com documento expedido pela DOPS; e,
- j) identidade fiscal, com fotocópia autenticada do Cartão de Identificação de Contribuinte, fornecido pela Delegacia Regional do Imposto de Renda.

II - Submeter-se à prova de habilitação, por concurso, onde se comprovem conhecimentos sobre legislação que rege a área administrativa que vai operar sobre trânsito.

III - Firmar termo de responsabilidade, garantido por caução, junto ao Tesouro do Estado, em moeda corrente para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais, ocasionados ao DETRAN ou a terceiros, em valor fixado por ato do Secretário de Segurança Pública.

Parágrafo único - Até 60 (sessenta) dias após o ato de credenciação, o despachante deverá apresentar ao Órgão competente da Secretaria de Segurança Pública, prova de inscrição como segurado da previdência social.

Art. 4º - As associações civis registradas e reconhecidas como de utilidade pública, pela União ou pelo Estado do Paraná, de fundo filantrópico ou assistencial, poderão, a critério do Diretor do Departamento de Trânsito, ser credenciadas para efetuar serviços como despachante.

Parágrafo único - O preposto por elas indicado deverá preencher as condições exigidas no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º - Ao despachante de que trata esta Lei, na esfera da jurisdição municipal para a qual foi credenciado compete:

- a) representar os interesses de seus clientes, desde que autorizados por documento hábil;
- b) encaminhar e acompanhar o andamento de processos e papéis de interesse de seus clientes, atendidas as disposições regulamentares dos serviços administrativos do DETRAN;
- c) requerer certidões para instruir processos, solicitar informações sobre o respectivo andamento, bem como reclamar perante quem de direito no caso da demora na tramitação de requerimentos e processos; e,
- d) pagar em nome dos seus representantes quaisquer impostos, taxas ou multas.

Art. 6º - Cada despachante poderá requerer ao Diretor

do Departamento de Trânsito a nomeação de prepostos que, indicará e que deverão ser registrados com Carteira Profissional, de Trabalho.

§ 1º — O preposto, como auxiliar, funcionará sob exclusiva responsabilidade do Despachante;

§ 2º — Ao preposto aplicar-se-á, no que couber, a legislação aplicável ao despachante, excetuado o disposto na letra "b", do item I, e item II do artigo 3º.

§ 3º — O preposto deverá ter idade superior a 18 anos.

§ 4º — O despachante firmará um termo de responsabilidade sobre os atos praticados pelo seu preposto, no exercício das respectivas funções, inclusive, pelas indenizações em que aquele incorrer por força de seu trabalho.

Art. 7º — Incumbe ao Despachante:

a) tratar com urbanidade clientes e funcionários, respeitando o regime de disciplina que rege o serviço público;

b) diligenciar o rápido andamento dos interesses que lhe são confiados;

c) possuir livro de registro, de conformidade com modelo a ser estabelecido pelo DETRAN, onde conste:

1 — nome, estado civil, nacionalidade, profissão, e domicílio dos comitentes;

2 — os negócios de que estiver encarregado, com as respectivas conclusões e contas;

3 — os pagamentos recebidos.

d) apresentar o livro de que trata a letra anterior para exame sempre que o Departamento assim o solicitar;

e) prestar contas e fornecer recibos aos seus clientes;

f) acatar as determinações das chefias do Departamento e com elas cooperar;

g) manter em seus escritórios em lugar visível ao público, impressas e sem rasuras:

1 — tabela de honorários aprovada pelo Secretário de Segurança Pública;

2 — tabela de taxas do DETRAN, relativas ao serviços de sua atribuição.

h) comunicar, dentro de 24 horas, à Diretoria do DETRAN a dispensa de preposto, bem como a devolução da respectiva credencial;

i) portar e exibir em lugar visível do vestuário, quando no exercício da função, cédula de identidade oficial expedida pelo DETRAN;

j) identificar os processos que encaminhar nas respectivas repartições, com carinho, onde conste o nome do despachante, resolução, data de nomeação e endereço do escritório;

l) instruir os processos que encaminhar, com o seguinte documento, além da documentação regular: comprovante padrão fornecido pelo órgão, devidamente preenchido, devendo constar a autorização do cliente, bem como um orçamento de custo de seus honorários.

Art. 8º — É vedado ao despachante, nos termos desta Lei:

a) delegar a outrem, que não o seu preposto, suas atribuições, definidas em Lei e regulamento;

b) aceitar o patrocínio de interesses que venham, de qualquer modo, causar prejuízos a terceiros ou à administração pública;

c) manter conduta incompatível com o decore da profissão.

d) desempenhar cargo ou função pública;

e) exercer suas funções fora da jurisdição municipal para a qual foi credenciado.

Art. 9º — Constitui impedimento legal para a credenciação de Despachante, ser o mesmo parente até 3º grau, inclusive na linha de afinidade, de funcionários do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná ou à disposição desse órgão.

Art. 1º — Pela infração de seus deveres profissionais na esfera administrativa ficará sujeito às seguintes penalidades:

a) advertência e repreensão, sem publicidade;

b) multa, até a importância equivalente ao maior salário mínimo vigente no País;

c) suspensão do exercício profissional até 1 (um) ano;

d) cassação da credencial concedida.

Parágrafo único — As penas estabelecidas na Letra "a", deste artigo, serão aplicadas pelo Chefe da Circunscrição de Trânsito; das letras "b" e "c" pelo Diretor do Departamento de Trânsito e a da letra "d", pelo Secretário de Segurança Pública.

Art. 11 — A imposição das penas de que trata o artigo anterior será precedida de sindicância, mediante prévia notificação do acusado, pessoalmente ou por editais com prazo de cinco (05) dias para justificar-se por escrito dentro de dez (10) dias, facultada a juntada de documentos.

Art. 12 — Das decisões que importarem na aplicação da pena e sanções, após pedido de reconsideração, caberá recurso à autoridade imediatamente superior, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze (15) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Art. 13 — O Departamento de Trânsito manterá em sua Seção de Pessoal o registro dos Despachantes credenciados, para efeito de anotação de sua vida profissional.

Parágrafo único — O uso indevido, por parte do despachante, das prerrogativas aqui concedidas, importará na cassação da credencial, além da imposição das cominações decorrentes legais.

Art. 14 — Os honorários de serviço de Despachante Oficial de Trânsito, serão fixados, por Decreto, em importância não excedente a vinte por cento do maior salário mínimo vigente no Estado.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICAÇÃO:

A profissão de Despachante de Trânsito se constitui numa realidade, tendo essa classe prestado assinalados serviços à coletividade.

No Congresso Nacional, diante dessa realidade, está sendo discutido Projeto de Lei estabelecendo diretrizes e organismos disciplinadores profissional desenvolvida pelos Despachantes.

No Estado, a matéria é regulada por Decreto Governamental (Decreto 741, de 2-9-71), cujos dispositivos procuraram, em seu contorno geral, dar caráter oficial a uma atividade que vinha sendo desenvolvida de há muito em nosso Estado. Contudo, o Decreto não escapa à precariedade com que é atribuída e reconhecida essa atividade profissional.

Assim é que procuramos, através do presente Projeto de Lei, tornar a legislação mais estável, dando para os que a exercem uma verdadeira profissão com direitos e obrigações, onde estão estabelecidas as condições de capacidade para o seu exercício.

O insigne Professor Pontes de Miranda em seu "Comentários à Constituição Federal, Tomo V, pág. 537, ensina": A Lei pode estabelecer pressupostos necessários (subjetivos) para o exercício (do direito) de qualquer profissão. Há direito de livre escolha de profissão, mas só, pode exercer a profissão escolhida se se satisfazem os pressupostos que a lei exigiria.

PROJETO DE LEI Nº 107/75.—

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o TEMPLO DE UMBANDA YEMANJÁ, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

JUSTIFICATIVA.

O templo de Umbanda Yemanjá é uma sociedade civil, de caráter religioso e filantrópico, que tem por finalidade a prática e o estudo teórico do espiritualismo e da religião de Umbanda, como também fomentar as virtudes propugnadas pelo Cristianismo entre as quais o amor universal, a caridade, a fraternidade, a bondade e a justiça, fazendo uma propaganda ativa entre seus associados, doutrinando-os no puro sentimento de amor ao próximo, e auxiliar todo empreendimento humanitário, dentro de suas possibilidades, tanto material como espiritual. A sociedade tem mais de um ano, de atividades, os membros de sua Diretoria não percebem qualquer remuneração e satisfaz os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual a respeito da matéria. Por esta razão, esperamos o apoio e aprovação dos nobres pares para este plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 106/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, da cidade de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) JOÃO CIONI NETO.

JUSTIFICAÇÃO:

O Asilo São Vicente de Paulo de Umuarama é uma instituição beneficente, mantida pela Conferência Vicentina da mesma cidade. A Sociedade São Vicente de Paulo, de Umuarama, foi fundada a 26 de maio de 1967, e seus Estatutos acompanham o presente Projeto de Lei. Tem por objetivo fundar casas populares e um Asilo para a indigência, bem como distribuir aos pobres ou pessoas necessitadas, gêneros alimentícios, remédios, vestuário etc.

Assim não visa e nem distribui vantagens pecuniárias aos seus associados e os cargos de sua Diretoria são exercidos gratuitamente.

A entidade preenche as disposições legais que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública (Decreto Federal nº 50517, de 2-5-61 e Lei Estadual nº 4399, de 17-8-61).

Daí o Projeto que oferecemos à consideração de nossos ilustres pares. Em anexo, toda a documentação da referida entidade.

O SR. PRESIDENTE - Esta finda a Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendemos ser um dever imperativo do Governo federal encontrar soluções objetivas para o problema social do Brasil.

Na cidade de Paranaguá, nos jardins Eldorado e Aracá, onde o BNH construiu centenas de pequenas residências para os operários daquela cidade litorânea, encontram-se, esses mesmos operários, em situação difícil e insustentável. Porque o BNH, num critério que entendo ser desumano e abusivo, elevou substancialmente as prestações daquelas casas.

E o abaixo-assinado que recebemos de centenas de moradores de Paranaguá, significa o atestado eloquente que eles serão despejados maciçamente se o BNH levar avante aquele plano e não reformular o problema, equacionando-o de uma forma mais humana e equitativa, reduzindo as prestações e aumentando o prazo das mesmas. Pois, acreditamos ser esta a única maneira de evitar que centenas de famílias sejam despejadas, numa atitude que consideramos desumana.

Estamos encaminhando apelo ao Sr. Maurício Schulmann, Diretor-Presidente do BNH, expondo as nossas razões, dizendo

das nossas preocupações, levando sugestões que entendemos serem práticas e que se forem adotadas pelos 3 Poderes, poem um paradeiro à intranquilidade que reina e predomina nos lares de centenas de trabalhadores de Paranaguá.

O requerimento será lido pelo Secretário durante a Ordem do Dia de hoje e fazemos um apelo aos Srs. Deputados, aprove-m-no e permitam que o mesmo seja encaminhado, a fim de que o drama, de consequências imprevisíveis não ocorra, em Paranaguá e creio que em outros Estados, porque acredito que o critério deve ser nacional, para o Brasil inteiro.

Nosso apelo é justo e esperamos que encontre ressonância por parte dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, hoje, no Pequeno Expediente, para apresentar à Casa dois requerimentos que solicitam a atenção do Poder Público do Estado, para a resolução de problemas que não necessitam de justificativa.

O primeiro requerimento que encaminhamos à Mesa, é solicitando à Secretaria de Educação e Cultura do Paraná a instituição do livro ponto, principalmente nas unidades escolares do ensino primário em todo Estado. Há anos seguidos, recebemos dentro ou fora da vida pública, queixas e reclamações de pais, principalmente contra alguns professores, que embora não sofrendo nenhuma sanção por terem o amparo e o calor de políticos e representantes das localidades onde prestam serviços, muitas e muitas vezes levam um mês inteiro sem comparecer à escola, ou comparecem por períodos pequenos em cada mês de trabalho, prejudicando o ano letivo dos estudantes, prejudicando o sacrifício considerável dos pais que arcam com despesas exorbitantes para manter seus filhos na escola.

Não é preciso dizer que não existe nenhum país no mundo, onde a cultura e o pão sejam tão caros como no Brasil e principalmente no Paraná.

Nosso requerimento está vasado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de seus direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista inúmeras queixas de reclamações vindas das mais diversas localidades do Paraná, com referência a faltas constantes dos Mestres nas Escolas, REQUER:

Após ouvido o plenário oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, solicitando a imediata criação do "LIVRO PONTO" a fim de que possa aquela Secretaria obter apreciação da presença dos Professores nas respectivas Escolas onde prestam serviços. REQUER ainda, seja determinado às Inspetorias Regionais o fornecimento mensal da frequência dos Professores à Secretaria de Educação para fins de anotações e providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975."

O segundo requerimento, é fato dos erros administrativos imperdoáveis dentro de um Estado como este. Estamos em fase de conclusão da estrada que demanda Jaguariavira - Santo Antonio da Platina, inter-ligando com a BR-116, sem contar outros municípios, onde outros erros também foram cometidos.

Recebemos hoje da cidade de Siqueira Campos que margeia aquela estrada, abaixo-assinado subscrito por mais de cem lavradores proprietários e sitiantes que se encontram localizados à margem daquela BR. Eles têm que atravessar com suas carroças e têm que ajudar seus filhos a atravessar aquela estrada para que possam ir à escola. Todos os dias estão eles se submetendo ao risco da travessia daquela pavimentação asfáltica porque não existe um desvio, uma ponte ou uma passarela para que possam ir à cidade de Siqueira Campos.

Esse é um erro administrativo imperdoável, incapacidade

caracterizada porque o DER quando planejou aquela estrada devia entender, através de seu corpo técnico, que a urbe é ponto de chamamento de convergência de todos os habitantes do município, razão porque a proteção deveria ser dada com antecipação, principalmente ao agricultor que tem ainda que se utilizar do transporte rudimentar.

Estamos encaminhando, nesta oportunidade, um requerimento ao Sr. Secretário dos Transportes, apesar de saber que não haveremos de resolver a situação, o problema daquele povo, mas, pelo menos, entregaremos aqui aquilo que representa o nosso pensamento para que o DER e a Secretaria dos Transportes tenham uma previsão para o futuro e não cometam erros como esses que poderão ceifar muitas vidas num futuro bem próximo.

O requerimento está vassado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei e tendo em vista abaixo-assinado subscrito por mais de uma centena de pessoas, lavradores, proprietários, residentes e domiciliados no município de Siqueira Campos, neste Estado, "ANEXO CÓPIA DE PETIÇÃO", requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Transportes solicitando medidas de ordem administrativas urgentes no sentido de que seja construído sobre a PR-1 ligando a Zona Rural de Siqueira Campos, Passarelas, para locomoção dos ruralistas residentes ao lado oposto da URBE daquela localidade.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975."

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos à tribuna nesta oportunidade por saber e por sentir, como todos os homens públicos deste Estado, o grande risco a que está exposta a nossa cafeicultura diante da insistente posição que vem assumindo o impotente e o incompetente Presidente do IBC, Camilo Calazans. Veio ele afirmar em sua Casa Parlamentar como esta, na Assembléia Legislativa da Bahia, que o maior erro de nossa Nação foi o plantio de cafeeiros no Sul do Brasil, principalmente no Paraná e em São Paulo.

As lideranças da cafeicultura paranaense e paulista ergueram suas vozes e aguardam de todos nós homens públicos, de ambos os partidos políticos, a definição de posição em defesa não tão somente da cafeicultura mas também de nosso Estado que dela depende para o seu crescimento, para o seu desenvolvimento e para o seu progresso. Não viemos tão somente para lavrar o protesto do paranaense que deve ser transmitido ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Sr. Ministro do Comércio, viemos também, à tribuna, para apelar aos homens responsáveis pelos destinos dos Estados do Sul do País que têm a sua economia ameaçada diante dos rumos, que procuram impor Presidente do IBC, à cafeicultura. Viemos apelar e encaminharemos, certamente com a aprovação desta Casa, com a aprovação desta Casa, a solicitação dos paranaenses, pela substituição do Sr. Camilo Calazans assim como de toda a Diretoria do IBC, nele fazendo incluir pelo menos um paranaense, de Estado responsável por 50 por cento da produção cafeeira nos 10 últimos anos, eis que lá não há ninguém para erguer a sua voz em nossa defesa, em defesa do nosso Estado.

O Governo Federal anunciou a sua participação através de financiamento, de toda a forma útil que estivesse ao seu alcance e que pudesse contribuir para com o nosso Estado e para com a nossa cafeicultura, e o Sr. Camilo Calazans, homens que ocupa cargo de confiança do Ministério da República, do Ministério da Indústria, homem que se contrapõe e contesta o trabalho encetado por nosso Estado e o Estado de São Paulo, enfim estados do Sul do País, faz brotar no espírito do cafeicultor massacrado pela geada que por aqui passou, o desestímulo a desesperança

e a falta de confiança dado o desencontro de informações, dado ao desencontro de posições assumidas pelos responsáveis pela condução da cafeicultura do País.

Pronunciamo-nos e lembramos que o Paraná e o Brasil se defrontariam com graves problemas principalmente no campo social, em razão das geadas que marcaram profundamente o nosso Estado: apelamos aos cafeicultores, para que mantivessem os operários da cafeicultura, nesse trabalho, mesmo com o seu sacrifício maior. O Paraná todo pareceu haver compreendido o desejo dos homens responsáveis neste Estado, e, recebemos, com um balde de água fria, esta infeliz afirmativa, do homem responsável pela Presidência do IBC, afirmativa de que deverá responsabilizar-se pelo lançamento de milhares de paranaenses e brasileiros, pelas estradas, pelas ruas das cidades, ramificando as favelas que marcam fundo e negramente o quadro social deste nosso País - será ele responsabilizado pelos caminhos tristes que poderão marcar profundamente o campo social de nossos estados, principalmente do nosso Estado e do Estado de São Paulo.

Quero Sr. Presidente, Srs. Deputados, na oportunidade, lavrando o protesto dos paranaenses da cafeicultura, apelar a meus nobres pares para a aprovação do seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado ofício aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Ministro da Indústria e Comércio, nos seguintes termos:

A Assembléia Legislativa do Paraná, vem a presença de V. Exa., com o devido respeito, lavrar o protesto dos paranaenses, a afirmativa do Sr. Camilo Calazans, Presidente do IBC, na Assembléia Legislativa da Bahia, quando disse, ter sido o maior erro o plantio de Café no Sul do País, Paraná e São Paulo, dizendo que as nossas terras seriam mais indicadas para o plantio de trigo e outros cereais.

Se não como Presidente do IBC, função normalmente confiada a homens eficientes, capazes e profundos conhecedores do setor cafeeiro em nosso País, como "Economista", teria por dever e obrigação, saber o quanto representa para a nossa Nação, os Cafeeiros Paranaenses, responsáveis nos últimos 10 anos por 50 por cento da produção nacional.

Quando todos os paranaenses se unem, pregando o otimismo e a esperança na recuperação de nossa cafeicultura, procurando evitar as catastróficas consequências sociais, com a dispensa em massa dos operários da cafeicultura, atendendo chamamento das autoridades federais, Presidência da República e Ministros, o Sr. Camilo Calazans, assume posição de profunda contradição às autoridades que buscam amparar a nossa cafeicultura através de todas as formas de incentivos e participação.

Permitimo-nos encarecer a V. Exa. a substituição da atual Diretoria do IBC, que perdeu a confiança dos cafeicultores, com a consequente nomeação de outra integrada por pelo menos um paranaense.

Levando a V. Exa. a certeza de que o Paraná continuará sendo o maior produtor de Café do Brasil, apresentamos os nossos protestos de respeito e confiança.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975".

Este, Sr. Presidente, é o requerimento que enviamos a V. Exa. e encerramos, deixando aqui o nosso apelo pela posição de unanimidade em defesa do Estado do Paraná, através da ameaça à cafeicultura, ameaça à sua própria economia. -

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Antes de passarmos ao Expediente, assinalamos a presença do Sr. Atilio Pereira Lima, de Araucária.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, no Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna nesta mesma sessão, nesta mesma reunião da Assembléia Legislativa do Estado, para formalizar ao Paraná, através dos seus representantes, que aqui tomam assento, fatos que concretizam assuntos que dizem respeito à economia popular e que vêm sendo exercidos ativamente e por muitos anos, pela antiga Secretaria da Fazenda do Estado, hoje Secretaria de Finanças através do seu Departamento de Rendas Internas.

Os Srs. sabem perfeitamente e não podem jamais negar de ter conhecimento, de que cada vez que nos dirigimos a um Departamento de Arrecadação de Rendas Internas para o recolhimento digamos, do imposto intervivos, sobre escritura de compra e venda ou partilhas de inventário, além das taxas que somos obrigados a pagar, taxa legal e imposta por lei, nós pagamos por cada expediente, dependendo do município onde está este departamento de Arrecadação de Rendas Internas da Secretaria de Finanças, trinta, cinquenta e até setenta cruzeiros.

Pagamos esta taxa de expediente, sem nenhum comprovante deste pagamento. E se nós perguntarmos ao responsável pela Agência de Rendas porque não emite recibo sobre este pagamento, ele nos responde com a maior naturalidade, que este pagamento corresponde ao fato da existência de uma caixinha em cada departamento e normalmente, ele justifica a existência desta caixinha. "Porque o funcionário público do Paraná ganha muito pouco, ganha um salário de miséria, o vencimento da fome, então, ele precisa arrancar da economia popular, arrancar de alguém, é o homem que precisa proceder o recolhimento obrigatório na Secretaria de Finanças do Estado.

Nós justificamos a nossa premissa, ao encaminhar requerimento ao Sr. Secretário de Finanças do Estado com as seguintes palavras relativamente, ao caso. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, e, tendo em vista a ilegalidade flagrante das taxas de expedientes, tais como: CERTIDÃO NEGATIVA, COMPROVANTES DE PAGAMENTOS DE IMPOSTOS etc., pelos Departamentos de Rendas Internas da Capital e do Interior cobrados a revelia e sem o fornecimento dos respectivos recibos (comprovantes) dos valores pagos por tais expedientes.

R E Q U E R :

Após ouvido o plenário, seja oficiado com urgência URGENTÍSSIMA, ao Sr. Secretário dos Negócios das Finanças do Estado, solicitando as seguintes informações:

a) Existem ordens extras do Departamento de Rendas Internas dessa Secretaria que autorizam a existência de CAIXINHA com finalidade de beneficiar funcionários das repartições existentes na Capital e no Interior, concedendo aos mesmos os direitos de cobrança dos contribuintes sem qualquer comprovante de pagamento, taxas sobre os serviços de expedição de Certidões negativas e outros expedientes?

b) Em caso negativo, além de dar conhecimento ao requerente, se promova através dessa Secretaria, urgente campanha de esclarecimentos aos contribuintes através de panfletos que deverão ser fixados nas repartições aludidas, ilustrando de forma sucinta os mesmos para que não paguem nenhum valor arbitrado, senão mediante o respectivo comprovante de pagamento (recibo).

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados; não se pode admitir que exista forma legal nas ilegalidades, tudo aquilo que não é certo, tem que ser errado e o fato da existência ilegal da CAIXINHA nas repartições arrecadoras do Departamento de Rendas Internas da Secretaria de Finanças do Estado, é acima de tudo "criminoso" ela se enquadra na Lei de proteção à Economia popular, transgredindo de forma flagrante os dispositivos daquele diplo-

ma legal; quem paga alguma coisa, terá que receber o respectivo comprovante desse pagamento, do contrário, presume-se a coisa não foi paga - Quem recebe algum valor sobre bens ou serviços prestados e não fornece a respectiva declaração de recebimento, poderá reclamar esse pagamento a posterior, ou até mesmo afirmar sem qualquer contestação que nada recebeu em troca do bem ou do serviço por ele cedido ou entregue a outra pessoa - logo, além de caracterizar o crime, a desonestidade de procedimento que também é passível de pena está confirmada no fato da existência dos determinativos CAIXINHA existentes nas repartições Arrecadoras da Secretaria de Finanças.

E pior Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, o exemplo de honestidade que teria que ser peculiar da Repartição, em respeito a própria estrutura do Governo, que deve acima de tudo se prezar pela honestidade, pelo respeito às leis, e principalmente aos contribuintes, fica desmoralizado através de procedimento de tal natureza, o próprio funcionário embora com uma dose de formação de respeito e as coisas alheias, passa a perder esse brio, ou trocá-lo pelo interesse de obter os bens pecuniários que o CAIXINHA lhes proporciona, esquecendo que além da desonestidade, se destaca o pior fato a se observar - aquele que configura a posse e apropriação indébita de recursos que a ele não pertence, bem como não pertence ao Estado.

O Mal, gera o Mal - A desonestidade é fato gerado pela necessidade; e de uma forma rudimentar porém altamente objetiva poderemos analisar na esfera social como se caracteriza esse mal. Um Chefe de Família, como há milhares por este Brasil que não consegue manter a sua prole dentro de uma condição de vida que pelo menos lhes garanta o sustento - alimentação - vestimentas condignas e a participação da vida em sociedade, raramente conseguirá encaminhar os seus filhos pela trilha da honestidade e do respeito principalmente a coisa alheia, e essa família móvida pela própria necessidade, embora sabendo que a falta de respeito aos bens que não lhes pertence representa acima de tudo o crime de ordem moral que é o mais importante, ele abandona a determinação da consciência e comete o delito.

Nós já denunciemos a estrutura administrativa deste Estado, principalmente no que se refere à economia de desfuncionários, e em todas as vezes, dissemos e continuando a afirmar, vamos dizer novamente; talvez agora em termos diferentes mas que tem o mesmo sentido, o mesmo objetivo.

Considera-se Chefe, responsável e supremo Diretor do funcionalismo público de um Estado, o Homem que a este Estado governa; é portanto o Governo, o responsável pela vida condigna dos funcionários públicos e suas famílias, o Governador; e se esse responsável, a quem cabe a responsabilidade inalienável de cuidar do bem comum dessa multidão que presta relevantes serviços ao desenvolvimento do Estado, além de não dar aos mesmos, vencimentos condignos, honrados e justos, ainda permitem que eles procedam gestões desonestas dentro da própria organização administrativa do Estado - assambarcando de economia popular de forma quase oficializada através do CAIXINHA o funcionário aprende outras manobras e as praticam manobras econômicas que têm feito sangrias profundas na economia do erário.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a síntese das inúmeras razões que nos leva a apresentar este requerimento à Mesa, porque nós sabemos que todos os Srs. Deputados de ambas as bancadas, cômicos de suas responsabilidades com o povo do Paraná, irão dar apoio unânime ao requerido, por se tratar de ato que se reveste do mais alto sentimento de justiça e respeito aos objetivos de honestidade do próprio Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975".

O pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o exemplo de honestidade que deveria ser peculiar, à repartição em respeito e à própria estrutura do Governo, que deve, acima de tudo, prezar pela honestidade, pelo respeito à lei, principalmente pelo

respeito aos contribuintes, se desmorona através de procedimentos de tal natureza.

O próprio funcionário, embora com uma dose de formação de respeito às coisas alheias, passa a perder esse respeito, e começa a se interessar em obter bens pecuniários que a "caixinha" lhe proporciona, esquecendo a lei da honestidade, apropriando-se indebitamente do que não lhe pertence, e não pertence ao Estado.

O mal gera o mal. A desonestidade gerada pela necessidade. O pior, é o miserável vencimento que recebe o funcionário público do Paraná pelo trabalho que presta, pelo grande trabalho que presta em favor da estrutura econômica e do desenvolvimento desta Unidade Federativa.

E nesta análise que qualificamos de rudimentar, vemos o Chefe do Poder Executivo do Estado, através de suas secretarias, a fonte paterna do funcionário público que é a peça integrante da máquina administrativa, dessa máquina vibrante que consegue através de suas arrecadações, nos mais diversos setores, movimentar o crescimento e desenvolvimento deste Estado. Esses funcionários públicos que além de estarem submetidos à miséria constante pelo pagamento baixíssimo que recebem, ainda recebem autorização do próprio Governo para integrarem as "caixinhas" nos departamentos de arrecadação.

Esse pai que não soube perceber que estava ensinando seu próprio filho a usar dos meios espúrios para poder chegar à condição de sua sobrevivência.

Esse ensino recebido por parte do Governo, através da Secretaria a qual presta serviço, pode ser uma extensão na caminhada da marginalização.

Estamos cansados de ver, os tribunais estão aí para provar, quantos coletores do Estado submetidos a processos. Processos por corrupção dos dinheiros do próprio Estado, quando eles movidos, primeiro pelas necessidades, segundo, pelo próprio exemplo do Governo, sentia que era tão fácil agir de forma contrária aos ditames legais, porque o próprio governo autoriza esse Departamento a manter "caixinha" para receber 30, 50 ou 70 cruzeiros por expediente, sem o comprovante ou recibo desse requerimento.

É um fato incontestável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o exemplo vem de casa. Normalmente os filhos fazem porque o pai o faz.

O recebimento dos chefiados é caracterizadamente a vontade de seu chefe. Todo Governo que dá liberdade a pequenos erros, que sep repare, pois grandes erros serão cometidos. Não temos dúvida nenhuma de que o Estado do Paraná sofre sangria violenta em sua economia, pela falta de um organograma, principalmente com respeito a dinheiro público.

Dá, Sr. Presidente, poderíamos discorrer sobre o fato, analisando uma série de acontecimentos que já se registraram neste Paraná, principalmente com funcionários da antiga Secretaria da Fazenda, hoje Secretaria das Finanças. Mas nós estamos aqui, pedindo, solicitando, requerendo ao Exmo. Sr. Secretário de Finanças do Estado, providências urgentes, urgentíssimas, no sentido de que seja eliminada essa concessão perigosa, essa concessão que fere a dignidade e o respeito e não permita que se mantenha na repartição do Departamento de Rendas Internas, a existência de caixinhas. E se medidas não forem tomadas, nós vamos denunciar ao Paraná, e em oportunidade muito breve, que o Secretário de Finanças do Estado, a partir do nosso próximo pronunciamento, não estará mais exercendo esse ato ilegal e até extorsivo do dinheiro do povo.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, estou ouvindo com muita atenção o discurso de V. Exa. e acho que V. Exa. está formulando uma grave denúncia em torno de funcionários da fiscalização da Secretaria de Finanças do Estado. Entendo porém, nobre Deputado, diante daquilo que V. Exa. expressou, que V. Exa., ao formular a de-

núncia tão grave, deveria, inclusive para ajudar a fiscalização e o Estado, em defesa da própria economia do Estado, V. Exa. deveria dar nome aos bois, para que o Sr. Secretário de Finanças pudesse tomar as devidas providências, executando aqueles que devem ser executados e defendendo aqueles que, por direito e por princípio, não colocam a mão no jarro.

Devo dizer a V. Exa. que fui funcionário durante 13 longos anos, da Rede Ferroviária e muitas oportunidades tive de colocar a mão no jarro. Época em que ganhava 170 mil réis por mês, como tesoureiro, como despachante de bagagem, como fiel de estação, como agente estação como agente de estação, talvez milhares de oportunidades tive para pegar e avançar no dinheiro dos cofres públicos e jamais o fiz.

Aqui peço a V. Exa. que, numa colaboração com o Governo do Estado, diga ao Secretário da Fazenda quem é o corrupto. Desta maneira, V. Exa. estará colaborando com o Governo e com a administração que tanto carece de prestigiamento desta Casa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de V. Exa. e devo dizer-lhe, Deputado Leopoldo Jacomel, que não era pretiso que V. Exa. discorresse sobre a sua formação como ex-funcionário da Rede Ferroviária Federal. Conhecemos a sua integridade e agradecemos quando V. Exa. reafirma e endossa nosso pronunciamento de que existe e há prova de que existe, corrupção na estrutura do Governo, principalmente na Secretaria da Fazenda. Está confirmado por V. Exa. que centenas de funcionários já foram acionados pela justiça...

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. é que afirma isto.

O SR. LÚCIO MACHADO — Afirmei e quero dizer a V. Exa. que continuo a afirmar e cabe agradecer a V. Exa. pelo aval que dá à minha afirmativa.

Mas, nobre Deputado, se V. Exa. quiser comprovar o fato que denunciemos, saia desta Assembléia antes das cinco horas e dirija-se ao município mais próximo de Curitiba e vá recolher o imposto sobre transmissão inter-vivos, para exemplificar o imposto de cisa sobre uma escritura de compra e venda, e V. Exa. vai ser obrigado a pagar por um requerimento talvez trinta, cinquenta ou setenta cruzeiros. Sobre esse pagamento V. Exa. não terá nenhum recibo porque esse pagamento corresponde à manutenção da caixinha que é necessária à subsistência dos próprios funcionários.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não ouvi, de início, a sua fala, mas agora, posso entender que V. Exa. faz referência ao recolhimento do imposto de transmissão inter-vivos.

Na qualidade de Serventuário da Justiça, posso dizer a V. Exa. que tenho conhecimento da maneira como é procedido o encaminhamento do recolhimento desse imposto junto à Exatonia de Rendas. Na verdade, nobre Deputado, muitas vezes acontecem recolhimentos sem comprovantes mas nós podemos, afirmar que isto é culpa direta das partes, porque muitos adquirentes de imóveis, às vezes, pretendendo sonegar os impostos e esconder a sua declaração de imposto de renda, propõem o recolhimento dessa transmissão inter-vivos, dentro de um valor às vezes de até 50 por cento do que na realidade custou sua propriedade, e o Exator de Rendas, por sua vez, sabendo desta irregularidade propõe e cobra alguma importância por fora.

Mas eu pergunto, e o contribuinte, que aceita pagar qualquer contribuição por fora, que não seja por recibo?

Tenho certeza de que a uma denúncia desta natureza serão tomadas providências imediatas pelo Sr. Secretário da Fazenda, ser punido o Exator de Rendas responsável. Muitas vezes porém, o contribuinte não tem coragem de denunciar o Exator porque também ele está sonegando impostos, em quantia muito maior do que a que está entregando ao Exator de Rendas.

Era este o meu aparte, nobre Deputado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Lamento que V. Exa. como inteligente, honrado e acima de tudo um dos Deputados mais brilhantes, mais destacados desta Assembléia, em sua premissa analise corresponder à justiça, cobrar por fora, do contribuinte sob a alegação de que o contribuinte é sonegador.

Veja bem V. Exa. . . .

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu não disse corresponder à justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — Veja bem, nobre Deputado: se considerarmos que a desonestidade é determinativa para sermos desonestos, continuaremos, a cada dia que passar da nossa caminhada, a manter a má tradição de homem que desonra o seu procedimento.

Eu analiso e sinto a força do provérbio "dai a César o que é de César, a Deus o que a Deus pertence".

Se o Estado tem atribuições para cobrar os seus tributos dentro do enquadramento determinativo de um cálculo oficial, não pode haver autorização para que o funcionário diminua ou faça diferença nesse tributo. Se o contribuinte é obrigado a pagar, de expediente determinativo da repartição, que pague mediante recibo, mediante comprovante. Que pague, porque tudo aquilo que é pago sem comprovante, o pagamento não foi efetuado, e deixou de ser pago.

V. Exa. avança a possibilidade da denúncia. Denúncias, milhares foram feitas — foram cartas de contribuintes apenas no sentido de moralizar o sistema, que chegaram à Secretaria da Fazenda. Naturalmente devem estar chegando ainda à Secretaria vindas dos quatro cantos do Paraná, denúncias estas a respeito de expediente, que são pagos pelos contribuintes, sem o respectivo recibo.

Então eu me bato, nobre Deputado, pela justiça, pelo respeito, principalmente à economia popular, pelo respeito à economia do povo, à economia do contribuinte, porque sabendo que o contribuinte é o grande participante da existência, principalmente da economia que move e que mantém de pé este Estado. Eu dou o aparte a V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço a atenção de V. Exa., mas eu só queria esclarecer, eu não disse que existe autorização para se cobrar, porque foi e gostaria também e é um compromisso que assumo agora neste momento, quando V. Exa. apresentou aí um texto bíblico, eu gostaria também que fosse apresentado um caso verídico, um pedido de uma certidão onde se requer ao coletor, que fosse negado, porque ele deixou de pagar os 30 ou 50 cruzeiros.

Que encaminhasse isto às repartições públicas para tomar esta providência, para verificar se este contribuinte recebeu ou não esta sua certidão pretendida.

V. Exa. ná de convir comigo, nobre Deputado, existe sim. É uma maneira de orientação em cada município, a tabela de uma área de terra por alqueire, mas sabe V. Exa, da dificuldade de obedecer uma tabela porque às vezes um lote de terra, vizinho, um do outro, um tem uma benfeitoria, tem outro valor, diferente, então varia dentro de um próprio município, dentro de uma mesma gleba, às vezes, 10, 20 mil cruzeiros num alqueire, às vezes, então é difícil uma tabela, mas se o contribuinte entrar com um pedido para entrar com aquele sua taxa, imposto de inter-vivos, dentro da realidade, como foi realizado o negócio, e se for recusado pelo coletor, querendo cobrar importância mais é muito fácil, existe o Departamento de Rendas Internas aqui, que poderá ser requerido e poderá ser cumprido e se for comprovado a veracidade nesta casa, porque o Governo quer que se ja denunciado para corrigir irregularidades, se houver, mas é preciso um caso verídico para ser punido o verdadeiro responsável.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado, acho que seria desnecessário esclarecer a V. Exa., mas é preciso que se faça a fim de que se aprove, se aflore o entendimento, esta

certidão que V. Exa. pretende que se leve à Secretaria de Finanças. Ela não existe.

Quando não existe o recibo de pagamento, não existe esta certidão e veja V. Exa., veja o complexo do negócio. São milhares de negócios que se realizam diariamente por este Paraná, considerando que nós possuímos, hoje, quase 300 unidades municipais, e naturalmente nestas 300 unidades, existem secções arrecadoras, se não no centro, se não na urbe, se não nos distritos menores, mas no centro de cada comarca. Negócios que envolve quantias normalmente grandes e não seria o comprador e o vendedor um ou outro responsável por este recolhimento que, em face o valor correspondente, a taxa tributada, é uma quantia irrisória, iria deixar de realizar a operação. Mas veja V. Exa. que somando o erro, nestas 300 unidades municipais que correspondem a inúmeros negócios diários, pelo Paraná inteiro, milhares de cruzeiros são tirados do bolso do povo, de uma maneira afrontosa à própria lei da economia popular. Estou fazendo denúncia e consta do meu requerimento e adendo a este requerimento faço uma justificativa ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios das Finanças e dele espero as providências, porque ele tem conhecimento, porque a delegacia do Departamento de Rendas Internas, da Secretaria de Finanças tem conhecimento da existência dos "caixinhas". Eu acho até muito importante que se instituassem estas caixinhas, mas oficialmente, e de recibo, de comprovante, para que não caracterize a falta de honestidade de uma Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, que permite que se açambarque o dinheiro do povo, porque o Estado pertence ao povo, principalmente ao povo contribuinte.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, quero agradecer o segundo aparte que V. Exa. me concede, e em especial, agradecer a referência que fez em torno do meu nome, o que agradeço humildemente. Entretanto, eu volto a dizer a V. Exa. a necessidade que tem o Secretário dos Negócios de Finanças do Estado do Paraná e o Sr. Governador do Estado Dr. Jayme Canet Junior, que conheço o seu passado, a sua descência, os seus princípios de honestidade e dignidade, no sentido de melhor dignificar a administração do Estado. E por esta razão, é que eu me empenho com V. Exa. Cite os corruptos e numa demonstração eloquente de que as providências serão tomadas, eu quero a V. Exa. que no município de Maringá onde existem 28 funcionários na Arrecadação, 19 deles, para o conhecimento de V. Exa. da Casa e do Paraná, estão afastados do cargo porque estão respondendo inquérito administrativo em função de terem avançado nos cofres públicos. Esta é a iniciativa que V. Exa. deveria trazer a este plenário, dando nome aos bois, a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus como disse V. Exa. E ninguém pode julgar ninguém se não tivermos documento na mão. E a hora em que o exator quiser extorquir dinheiro do povo, o povo não doar, sob pena de ser ele corrupto também, tanto quanto aquele que cai na corrupção. Era o aparte.

O SR. LÚCIO MACHADO — Mais uma vez, confirma e avaliza a nossa denúncia V. Exa. quando diz, que 19 funcionários da unidade arrecadora de Maringá, estão envolvidos com processos-crimes na Justiça, por terem procedido na ilegalidade, por terem açambarcado o dinheiro do Estado, lesando a economia do povo. Mas interessante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que antes de apresentar esta denúncia, fomos ouvir alguns funcionários públicos, chefes das repartições arrecadoras do DRI, em diversos lugares, em diversos municípios de nossa região, e verificamos que estes funcionários, que tem na sua repartição a existência de caixinha, acham uma ilegalidade tão frontal, e eles próprios os beneficiados com esta arrecadação extra, ilegal, acham que ela deve ser abolida terminantemente. E os seus esclarecimentos nos causa profunda sensibilidade, porque fazem eles caracterizar a necessidade desta desonestidade dentro da repartição pública, porque a maioria das repartições arrecadoras do

DRI Departamento de Rendas Internas do Estado, estão desfalcadas de funcionários para seus serviços, e às vezes mantêm dois, três, quatro gorgeteiros dentro da estrutura das suas atividades para dar conta de seu recado funcional. O valor e a nobreza do funcionário público do Paraná, caracteriza-se perfeitamente a formação mais alta de brasilidade do homem paranaense. É o homem que dá de si anos e anos seguidos na caminhada de sua existência, em benefício da estrutura econômica do Estado, nada recebe. E são obrigados a cometerem esses fatos pequeninos, mas, sem dúvida, criminosos.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não faço esta acusação ao Governo do Estado; não é ele que acuso. Acuso a estrutura administrativa do Estado do Paraná. Não acusei antes porque não era Deputado. Mas, já acusei como Vereador na Câmara Municipal; já denunciei como cidadão e como Prefeito de minha cidade. As minhas acusações não formaram eco, como também não tenho confiança de que minhas palavras saiam destas quatro paredes e alcancem o nosso objetivo. Mas, estamos satisfeitos por termos cumprido nosso dever. Porque entendemos que aqui, não somos mais, não temos outra obrigação senão representar a vontade do povo. O povo que sente a falta de justiça do Governo, em todos os quadrantes deste Estado, e porque não dizer, deste País.

Não queremos mudar de assunto, mas analisar o fato que, neste instante, vemos nos jornais, o aumento de 15 por cento no petróleo, no Brasil, mas não podem subir o valor do salário-mínimo do trabalhador brasileiro. Mas, não podem aumentar os vencimentos do funcionário público do Paraná, nem de ninguém que seja assalariado.

Então, há falta de justiça, de equidade.

Sr. Presidente, concluímos a nossa denúncia, levando o fato ao Sr. Secretário de Finanças do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

~~Passa-se à~~

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 53/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 119/75, que aprova o Termo aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento e implantação do Sistema Estadual de Planejamento. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 23/75, de autoria do Deputado José Antonio Del Ciel, que autoriza o Poder Executivo permutar terreno de propriedade do Estado do Paraná, por áreas de terras de propriedade do município de Londrina confor-

me específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 47/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre a Gratificação de Produtividade quando o Servidor Público venha a estar a disposição de qualquer Órgão Público, Federal, Estadual ou Municipal. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 47/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O Servidor Público, que tenha direitos à Gratificação de Produtividade, manterá a mesma, quando à disposição de qualquer órgão público, Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, Sr. Presidente, o funcionário público que estiver à disposição de qualquer outro órgão seja da esfera Federal, Estadual ou Municipal, e mesmo, quando prestando serviço em outro Poder constituído que não o de sua lotação, perde a gratificação de produtividade.

Isto em nosso entender é uma incongruência, pois pressupõe-se que, o servidor, no caso em tela, perde direito a esta gratificação por sua própria deficiência funcional, já que, se se mantiver no seu quadro de origem o mesmo é produtivo, e, portanto, merecedor do citado prêmio, e, quando é solicitado por outro órgão, que necessita de seus serviços deixa de o sê-lo.

Com a medida proposta, seria solucionado este problema, que vem acarretando uma série de justas reclamações por quem, de direito.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 47/75

O nobre Deputado Maurício Fruet, submete à apreciação da Casa, plano de lei que dispõe sobre a gratificação de produtividade, quando o servidor público venha a estar a disposição de qualquer órgão público, Federal, Estadual ou Municipal.

Analizando os aspectos constitucionais da matéria, verificamos que a proposição em tela colide com a norma contida no artigo 25 da lei maior do Estado do Paraná que reserva ao Governador do Estado a competência exclusiva das leis que disponham sobre servidores públicos do Estado.

Por esta razão, somos pela rejeição do projeto de Lei em exame.

É o parecer s.m.j.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 47/75

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Maurício Fruet, manter ao Servidor Público, que tenha direito à Gratificação de Produtividade, quando à disposição de qualquer Órgão Público, Federal, Estadual ou Municipal.

2 — Sobre o mesmo já opinou a douta Comissão de Constituição e Justiça com parecer contrário.

3 — Apesar de considerarmos justa a propositura do ilustre autor, a mesma fere frontalmente preceitos constitucionais, razão pela qual o nosso parecer é pela rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de junho de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

a) ARAGÃO MATOS LEÃO – Relator

O SR. IVO THOMAZONI – (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – Deferido o pedido. Vamos proceder a verificação de votação.

– (É feita a verificação de votação).

13 Srs. Deputados rejeitam.

16 Srs. Deputados aprovam. – **Aprovado o projeto.**

O SR. PRESIDENTE – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José de Souza, ocorrido em Nova Fátima. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 93/75. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, encarecendo o abono de faltas no máximo de três mensais, mediante atestado médico particular. – Em discussão.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL – (Pela ordem). Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE – Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Superintendente do Banco Nacional de Habitação, no sentido de autorizar a agência financeira de Paranaguá a rever e adotar critério de parcelamento nos débitos em atraso de financiamento de casas nos Jardins Eldorado e Araçá. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo às Bancadas do Paraná, na Câmara e no Senado, no sentido de que seja redobrado os esforços, com vistas ao 3º Polo Petroquímico. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha, no sentido de serem reduzidos as tarifas que presentemente estão sendo cobradas pela firma concessionária das balsas que fazem a travessia do Rio Paraná, linha Porto Guaíra e Porto José Fragelli, e vice-versa. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Centro Acadêmico “Hugo Simas”, pela comemoração do 44º aniversário de fundação. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de que seja autorizado o récapeamento primário da estrada que liga Landa – São Pedro do Paraná – Porto Rico. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que determine a construção de agências auxiliares de Renda, em Iguatemi e Floriano, Distrito de Maringá. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Educação e Cultura e Superintendente da FUNDEPAR,

no sentido de que seja autorizada a reconstrução do Ginásio “Brasílio Itiberê” de Maringá. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja instituído Livro Ponto em todas as unidades escolares do Estado. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando medidas de ordem administrativas, no sentido de que seja construído sobre a PR-1 – ligando a Zona Rural de Siqueira Campos, passarelas para locomoção dos ruralistas residentes ao lado oposto daquela localidade. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Del Ciel, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Ministro da Indústria e Comércio, no sentido de lavrar o protesto dos paranaenses, à afirmativa do Sr. Presidente do IBC, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, quando disse, ter sido o maior erro o plantio de café no sul do País. – **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Finanças, no sentido de que sejam fornecidas informações referentes a existência de Caixinha, com finalidade de beneficiar funcionários das repartições existentes na Capital e no Interior. – Em discussão. – Encerrada a discussão. – Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI – (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

A ninguém mais do que a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado do Paraná interessa a identificação de funcionários que no desempenho de suas atividades não se portem com probidade e com honestidade. Ninguém mais do que o Governador do Estado está preocupado para que a opinião pública tenha, no seu Governo, a exata dimensão da probidade que Sua Excelência vem imprimindo à administração.

Inicialmente devo fixar a posição da bancada da Aliança Renovadora Nacional, favorável ao requerimento de Sua Excelência o Sr. Deputado Lúcio Machado; todavia, não posso concordar com alguns conceitos emitidos por Sua Excelência, quando pergunta se existem ordens extras, do Departamento de Rendas Internas da Secretaria de Finanças, que autorizem a existência de “caixinhas”.

A simples indagação pressupõe do eminente Deputado, à existência de um fato por todos execrado, condenado. Não existe nem poderia existir num governo que se prese, qualquer consentimento a que funcionários públicos estaduais cobrem, a título de expediente ou emolumentos, qualquer importância que não seja aquela do recibo próprio fornecido pela repartição. Não pode também a bancada da ARENA concordar, com as afirmações feitas desta tribuna por Sua Excelência o Deputado autor do requerimento, de que, funcionários da Fazenda – mais especificamente do DRI – recebem salários de fome.

É a classe, é a categoria funcional deste Estado, melhor remunerada. Lembro-me que ainda na legislatura anterior demos condições a que o Governo do Estado remunerasse condignamente os funcionários do setor fazendário. Recebem, além do vencimento, o “pró-labore”, além do “pró-labore”, as quotas de participação e as demais vantagens a eles deferidas. É o funcionalismo do Estado melhor pago, e está hoje equiparado ao funcionalismo melhor pago deste País.

É legítima a preocupação dos Senhores Deputados do MDB e da ARENA também, quando preconizam melhores vencimentos para os funcionários públicos civis e militares do Estado, algumas categorias recebendo salários muito aquém do esforço e da colaboração que emprestam ao desenvolvimento do Estado, mas dizer-se que o funcionário público dos quadros da Fazenda está hoje obrigado a cobrança de emolumentos e expedientes deso-

nestos para completarem o salário de fome, e estas foram as palavras de S. Exa., nós não podemos, absolutamente, dar apoio à justificativa, muito embora entendamos válida a preocupação do Deputado. Daí estarmos aqui para dizermos da nossa aprovação ao requerimento formulado por S. Exa. Todavia, com a ressalva que ora faço, porque se existe corrupção, é verdade que ela nunca poderá ser uni-lateral, porque onde existe o corrupto existe o corruptor. É válido o requerimento de S. Exa. o Deputado Lúcio Machado, principalmente no tocante à campanha de esclarecimento que deve o Estado fazer, conscientizando o contribuinte, que não permita e que não admita que se lhe cobre qualquer importância, por menor que seja, extra recibo, a título de emolumentos, mas que se pretenda afirmar que o funcionário do DRI é mal remunerado nós estaremos, então, sim, admitindo que outras categorias de funcionários deste Estado mal ganham para a subsistência precária de sua família. Aprovamos o requerimento do eminente Deputado Lúcio Machado com as ressalvas que fazemos, porque, primeiro, conhecemos a administração e apoiamos e sabemos-la honesta, que não transige quando denúncias são feitas e, principalmente, quando os corruptos são identificados. Quando ouvi um aparte do ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, solicitando um esforço dos Srs. Deputados que, ao denunciarem uma prática ilegal, tragam o nome do funcionário desonesto, para que possa o Governo do Estado, com a urgência neste requerimento, determinar a abertura...

O SR. PRESIDENTE — O tempo de V. Exa. se esgota. Esta Presidência concede mais dois minutos para que V. Exa. possa terminar a sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — ... desde que identificado o funcionário corrupto facilite ao Executivo a abertura dos competentes inquéritos administrativos e apurado o fato, a responsabilidade daqueles que prevaricam na função pública. Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para analisar procedimento de discussão, as palavras do nobre Líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, quando procura desvirtuar os fatos de nossa denúncia e não caracteriza individualmente todos os funcionários, e sim, sobre o organismo arrecadador. Não é preciso que estas denúncias sejam escritas ou feitas por alguém, eu acho que é preciso que a Secretaria de Finanças do Estado verifique nas repartições do DRI, porque em todas elas existe o caixinha, denunciado.

Discordamos também de S. Exa. o Líder da ARENA e do Governo desta Casa, quando afirma que funcionários da Arrecadação deste Estado, recebem salários condignos.

Faz bem pouco tempo trouxemos aqui, denúncias escritas e assinadas, de funcionários públicos e servidores do Departamento de Rendas do Paraná, que embora não se enquadrem no quadro efetivo de funcionário, vêm prestando serviços neste departamento de cinco a dez anos e recebem o seguinte vencimento — PS-1 recebe do Estado do Paraná se não me falha a memória Cr\$ 268,00 mensais.

PS-2 recebe Cr\$ 396,00 cada trinta dias de atividade. PS-3, Cr\$ 460,00. Estes PS, este pessoal suplementar do serviço de fiscalização chamados "pesadores", prestam serviços no ponto mais estratégico da sonegação do Estado, prestam serviços nas divisas limites do Estado, a quem prestam serviços estes funcionários honestos e honrados? Ao Estado ou ao sonegador. Por mais alta e honrada que seja sua honestidade, não poderá viver com este pagamento por trabalhos mensais. Que S. Exa. o Líder do Governo qualifica de um pagamento espetacular, e até afirma que o funcionário público da Arrecadação, é o que melhor recebe neste País.

O meu pensamento, Sr. Presidente, os funcionários deste País, deverão estar todos morrendo de fome, segundo afirmativa do nobre Líder do Governo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, reivindicando a celebração de convênios-justos e legítimos entre os governos federal e estadual, com as Micro-Regiões homogêneas do Paraná, gerando condições para que as cidades polos possam instalar e fazer funcionar as suas Secretarias de Saúde. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Congresso Nacional e aos Ministérios do Planejamento e da Previdência Social, reivindicando que os municípios sejam liberados em suas responsabilidades como empregadores, da contribuição da taxa do INPS. — **Aprovado.**

O SR. ACCIOLY NETO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Diretório Regional da ARENA, reuniu-se na manhã de hoje, e elegeu a nova Comissão Executiva para o biênio 75/77.

Em vista do resultado que se obteve na referida reunião, entenderam os Senadores Mattos Leão e Accioly Neto de manifestar a sua discordância. E o fazem, neste momento, perante o País, quando se lê, no Senado Nacional, presentemente, um manifesto daqueles dois homens públicos, o que também será feito nesta Casa e ao povo do Paraná, por meu intermédio, no momento em que passo a ler o mesmo documento, ao qual endosso em todos os seus termos, e dele torno-me também signatário.

"Falta de grandeza, de palavra e de espírito de conciliação o grupo político que hoje domina o Paraná tem a sobra-lhe ambição, personalismo e prepotência. No entanto, uma das virtudes da Revolução de 1964 foi a de encerrar, no País, o ciclo das lideranças políticas pessoais e procurar sobrepor, a essas lideranças, a Chefia impessoal do Partido. Se teve êxito em termos nacionais, não conseguiu igual sorte, todavia, no nosso Estado, onde estimarem em sobreviver, não com o amparo da preferência popular, mas à custa da própria revolução e a desgastá-la, certos grupos políticos que passaram a tratar a vida Estadual como dependente de sua exclusiva orientação e vontade. O Paraná, parece ter sido infelicitado com a mais exclusivista, mesquinha e estreita política de facção, que procura esmagar os que a ela não pertencem e só considera Paraná aquilo e aqueles que a ela se subjugam.

Quer em nosso Estado, a partir de meados de 1973, não seguiu e obedeceu à orientação do grupo ressurrecto de 1965, passou a ser considerado inexistente na Geografia Política do Paraná, marginalizado da condução e responsabilidade dos fatos de nossa vida política, transferido o eixo dessa condução e responsabilidade da sede partidária da ARENA para locais onde se encontrassem os chefes do grupo ou seus acólitos.

Assim aconteceu na formação do novo Governo e na orientação política deste.

E é também o que acaba de ser feito com a Direção do Partido, para a qual se impôs um nome da facção.

Há de resumir, desse modo, a vida política Paranaense, a expressão pessoal de um político, a cuja vontade, acenos e caprichos, devem todos se curvar sob pena de se tornarem réprobos no círculo dos que governam.

Enquanto as indicações e as nomeações não dependiam de nenhum gesto ou preferência nossa e nossa não era a responsabi-

lidade. sequer partilhada, delas não manifestamos discordância. Agora, no entanto, é o Partido que passa a ser também ocupado pelo mesmo grupo. e contra isso devemos tornar público nosso protesto, nosso incorformismo e nossa rebelião.

É evidente que, mobilizado o Governo, com todos os seus instrumentos de convencimento, seria inútil, além de participação ou constatação numa farsa, disputar uma convenção contra os prediletos dos imperantes no Estado. Iríamos submeter nossos correligionários e amigos aos percalços oriundos dos ódios governamentais, fazê-los destituídos das lideranças políticas que legitimamente conquistaram em eleição direta".

Quisemos, no entanto, sem o intuito de obter adesões, mas antes, ao contrário, com o propósito de ficar isolados no gesto, manifestar, ao povo paranaense, que não há unidade nem unanimidade na ARENA, em torno de falsas lideranças, impostas só pela força dos cargos. Havia dezenas de nomes de correligionários para o cargo de Presidente do Partido, sem necessidade de recorrer a quem ocupa Direção de estabelecimento bancário oficial e sócio e do Governador sem suas atividades empresariais. e embora antigo dirigente do Partido adversário. Pleiteávamos tão só que os olhos do Governador se alçassem um pouco acima dos estreitos muros das amizades e interesses pessoais e vissem, além deles, a enorme legião dos companheiros de todos as horas do Partido.

Imposto o nome pelo Governador, não se viu este com autoridade para sozinho fazê-lo valer e por isso recorrer à dolorosa farsa de procurar então o apoio constrangido de todos os nossos correligionários, que passaram a ser procurados para o ato ostensivo de solidariedade à decisão governamental.

Aquilo que a Lei dos partidos e o Estatuto recomendam se faça pelo voto secreto, para resguardar a livre deliberação, o Senhor Governador entendeu de fazer público, para espantar seus temores de aprendiz de líder, usando métodos que não se comparam com os tempos novos.

Não temos, assim, nenhum dever de solidariedade com o Governo Estadual, sua administração e sua política. porque dela não participamos ou influímos, nem com a direção regional do Partido, cuja autoridade política contestamos por taltarem-lhe autenticidade e fidelidade.

Essa nossa posição aos dirigentes efêmeros do Estado e Secção Regional Arenista, no entanto, não importa em ruptura ou enfraquecimento de nossa solidariedade com o Paraná e com o Partido, pois esta é inquebrantável e não depende das posições que assumimos em face dos acontecimentos políticos.

Continuamos tão integrados com o nosso Estado e o nosso Partido, como estivemos sempre, sem desfalecimento, pois não identificamos Estado e Partido com os que os dirigem, mas sim com todos que moram em nosso território e aqui depositam suas esperanças e sua confiança. A essas esperanças e confiança nós não faltaremos, porque somos seus mandatários e deles sim seus mais humildes servidores.

Os dois são longos para uma Nação, que é eterna, e curtos para os que, no Poder, não enxergam a grandeza dos problemas que afligem as populações e que ficam a olhar e a deter-se nos seus próprios caprichos e vaidades.

Brasília, 26 de agosto de 1975.

a, ACCIOLY FIHO – Senador

a, MATTOS LEÃO – Senador

Curitiba, 26 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETO – Deputado

a) ARAGÃO MATTOS LEÃO – Deputado

O SR. ARAGÃO MATÔS LEÃO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Accioly Neto, gostaríamos de cumprimentá-lo pelo pronunciamento – manifesto que V. Exa. apresenta hoje desta tribuna, ao mesmo tempo que gostaríamos de ressaltar que todos nós, detentores de um mandato público, temos

um dever para com o povo. temos um dever para com nosso partido e, principalmente, temos um compromisso com a Revolução Redentora deste País.

Em recente pronunciamento realizado por um grande líder do Paraná ao analisar uma carta do Senador Luiz Viana quando esse disse "que a Arena deveria voltar a ser um Partido do povo", observou esse líder que "apenas alguns pretensos líderes cheios de poder é que se distanciaram do povo", e com o seu totalitarismo, visando apenas interesses de grupos econômicos, marginalizando o povo.

E é isto que se vê no Paraná de hoje, o povo marginalizado nos seus mais lúdimos direitos; quando os interesses totalitários do Paraná chegam até a ultrapassar fronteiras e o interesse de grupos relegam a um segundo plano o próprio interesse nacional da unidade de um Partido, que é de profundo interesse para a nação brasileira, não poderíamos, também, ficar insensíveis. Por isto manifestamos nosso apoio e integral solidariedade ao pronunciamento do manifesto que V. Exa. e realiza na tarde de hoje.

Tal situação, nobre Deputado, totalitarismo nesses moldes, muito caro ainda vai custar ao Governo paranaense, muito caro há de custar ainda ao Paraná e ao seu povo.

Mas, inquebrantável solidariedade que temos para com o Paraná e para com o nosso Partidos nos há de manter na luta para que a Arena, liberta dos líderes forjados, possa voltar a ser a real depositária das aspirações de todo o povo brasileiro e do povo paranaense, desde o mais humilde até o mais representativo.

Portanto, nobre Deputado Accioly Neto, nós, de público e desta Casa, manifestamos nossa inteira solidariedade ao seu pronunciamento de hoje.

Muito obrigado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Accioly Neto, não haveria de ser através do silêncio que este parlamentar deixasse de transparecer o seu estado de espírito.

Por não ser do nosso feitio e por entender necessária a nossa manifestação, a fiz no final da sua oração por entendê-la de grande profundidade.

Pesaroso, meu prezado colega, estimado amigo e independente parlamentar que sempre foi, quero, nas minhas palavras incluir também o eminente Deputado Aragão Matos Leão, porque comungam. V. Exa., neste momento, do mesmo pensamento.

Pesaroso porque vejo dois dos mais brilhantes Deputados desta bancada, numa luta em torno de líderes como Accioly Neto e Aragão Matos Leão, dos quais sempre eu estive próximo e aos quais sempre didiquei uma profunda admiração.

Sinto neste momento uma profunda amargura por ter que dizer, talvez aos dois maiores amigos que eu tive e tenho nesta Casa, que V. Exas., deixaram de usar, na verdadeira oportunidade as suas energias, porque, ao lado das suas estaria a minha e a de vários companheiros desta Casa, que talvez desejassem estar ao lado de Mattos Leão e Accioly Neto, em lutas democráticas, não num procedimento destes. Destes, jamais, mas sim, se caso houvesse discordância entre grupos políticos do Executivo Estadual com a direção da ARENA, nós como os Senadores - e nos consideramos amigos dos Senadores do Paraná e até os colocamos, na nossa vida pública, como conselheiros - devíamos ser informados deste estado de coisas na política no nosso partido. E eu, em momento de dúvida, porque transparecia algo que o modesto parlamentar que vos fala não podia entender, perguntei ao deputado Mattos Leão se, por ventura iríamos ter formação de chapas ou pelo menos o Senador - que lhe era por parentesco, ligado - pretendia uma formação de chapa para disputar o Diretório Regional da ARENA, na convenção.

Fui informado que absolutamente não pretendia.

Evidentemente este Deputado, como muitos ou todos os que gostam de participar nas lutas políticas em todos os momen-

tos da vida pública, em todos os episódios, procurei chegar mais perto da evolução da convenção estadual, e pude sentir, com todas as informações da política federal que envolve o problema, a extrema boa vontade do Governador do Estado do Paraná, pude sentir a esperança que ele tinha na sua alma, em integrar, até mesmo com os Senadores, que já os jornais do Brasil todo anunciavam certas posições, de razões por mim desconhecidas.

Chegando mais próximo do problema, tive a certeza de que era verdade.

E o testemunho vejo hoje na eleição da Executiva do Diretório Regional porque, Deputado Accioly Neto, jamais V. Exa., que tanto conheço sobre a vida pública e até mesmo particular deste seu amigo, jamais V. Exa. poderia incluir o meu nome no rol daqueles encabrestados do Executivo ou pertencentes aos grupos majoritários da política estadual, porque sempre fui um político independente à pertinência de grupos. Pertencço a grupos parlamentares aqui nesta Casa, mas não a grupos de influência da política estadual. E esse deputado, isolado com relação à pertinência de grandes grupos, mas sempre agrupado nas disputas e nas lides internas desta Casa, hoje é o primeiro Secretário da Executiva Estadual da ARENA do Paraná.

Lembro também que não pertence aos grupos majoritários o ex-Deputado Cândido Martins de Oliveira, hoje Secretário Geral da ARENA REGIONAL. Poderia chegar também a João Mansur, 2º vice-Presidente que, faz ele mesmo um próprio grupo sob sua liderança e tem grandes ligações de amizade, em atenção a lutas políticas com os dois Senadores e quiséramos nós que ele fosse o terceiro Senador do Paraná.

Por este motivo, nobre Deputado, sinto amargura de não poder estar a seu lado, nesta tarde memorável porque esta sempre foi a minha vontade. Mas espero a compreensão de homens inteligentes como V. Exa. meu pai, como Mattos Leão e seu sobrinho Aragão de Mattos Leão, do nosso Partido, pela inteligência e pela capacidade que adquiriram em toda longa vida pública como parlamentares, aqueles grandes representantes nossos, no Senado Federal.

Quero ser ouvido também para que possamos juntos e de braços dados, integrar a ARENA do Paraná que precisa de todos, que sobreviverá graças ao trabalho dos ilustres Senadores, aqui representados pelos deputados que falam.

Quero que Vv. Exas., Deputados e Senadores continuem dando aquele entusiasmo que sempre nos deram. Hoje podemos testemunhar que houve a aglutinação de grupos políticos menores, de políticos modestos como eu, que foram aglutinados à grande ARENA do Paraná, mas nunca encabrestados a grupo nenhum. Queremos, nesta modesta mensagem, inserir nosso pronunciamento como convite ao diálogo aberto, diálogo sem paixões para que, do insucesso das urnas nas últimas eleições, possamos, com integração dos verdadeiros arenistas, dos autênticos defensores da Revolução Brasileira, conseguir dias melhores para a ARENA e nas eleições próximas vindouras.

Muito obrigado, nobres Deputados.

O SR. ACCIOLY NETO – Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. MATTOS LEÃO – Sr. Presidente, nobres Deputados.

Nós também temos e nos sentimos no dever de, aqui no plenário, comunicar à Casa que passaremos às mãos de S. Exa. o nobre Deputado Ivo Thomazoni, o ofício no qual declinamos de nossa condição de Vice-líder do Governo nesta Casa e agradecemos por todas as atenções que nos cercaram durante estes poucos meses que nos mantivemos nesta condição.

Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO – Erá só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra, para explicação pessoal, o nobre Deputado Ivo Thomazoni. Declina. Recebemos nesta Casa Legislativa e agradecemos, a presença do Professor Daniel Van Der Brook, que acompanha o Deputado Nilso Sguarezzi.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,:

3ª DISCUSSÃO. –

do Projeto de Lei nº 23/75.

2ª DISCUSSÃO. –

do Projeto de Lei nº 47/75.

1ª DISCUSSÃO. –

do Projeto de Lei nº 145/74.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA Nº 455/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

revogar, a partir de 1º de agosto de 1975, a Portaria nº 242/75, de 08 de junho de 1975, que autoriza a funcionária SÓFIA KOLOSOWSKI, ocupante do cargo de nível 23, de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral.

PORTARIA Nº 456/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a CLARICE FROIS DE MIRANDA, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível 19, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 457/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, a RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, ocupante do cargo de nível 28, de advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de agosto de 1975.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral